

## COMISSÃO PERMANENTE DE ORGANIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO REGIMENTAL

- Art. 340, RITJA-AL -

## EMENDA REGIMENTAL Nº 12, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALTERA O REGIMENTO INTERNO DO TJAL EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 4°, I, F, DA LEI ESTADUAL N° 8.550, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021, CONCERNENTE À CRIAÇÃO DA 4ª CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, ADOTANDO-SE PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

**O PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, nos termos do inciso I, do art. 133, da Constituição do Estado de Alagoas e com base na Lei Estadual nº 6.564, de 5 de janeiro de 2005 (Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas);

**CONSIDERANDO** o preceituado no art. 5°, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988, dando conta de que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 de referenciada Carta Magna;

**CONSIDERANDO** que a suso mencionada Constituição Federal, em seu art. 96, inciso I, alínea a, assegura aos Tribunais de Justiça estaduais a garantia de autonomia orgânico-administrativa, compreendendo sua independência na estruturação e funcionamento de seus órgãos, inclusive para dispor sobre a competência e o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos:

**CONSIDERANDO** que o artigo 20, inciso I e IV, do Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas – Lei Estadual n.º 6.564/2005 –, delegou ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Alagoas a disposição sobre a organização e a competência do Tribunal Pleno, da Câmara Especializada Cível e das Câmaras Isoladas Cíveis e Criminal, bem como a regulamentação das normas complementares para processo e julgamento dos feitos e recursos da competência originária de referenciados órgão julgadores;

**CONSIDERANDO** a criação da 4ª Câmara Cível desta Corte de Justiça, disposta na Lei Estadual º 8.550, de 25 de novembro de 2021, especialmente o contido em seu respectivo art. 4°, I, f;

**CONSIDERANDO** o princípio da segurança jurídica, bem assim do princípio da razoável duração do processo e a necessidade de regulamentação das sessões de julgamento das demandas em que seja necessária a aplicação da técnica de ampliação de julgamento, prevista no art. 942 do Código de Processo Civil;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o que consta no Processo Administrativo nº 2021/13699, e o que decidiu o Plenário do Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data,

## **RESOLVE**:

Art. 1º O art. 2º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território estadual, tem o seu quantitativo de Desembargadores definido pelo Código de Organização Judiciária – COJAL e funciona em Plenário, em Seção Especializada Cível e em Câmaras isoladas, sendo quatro cíveis e uma criminal." [NR]

Art. 2° O parágrafo único do art. 6° do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6°	
mt. U	

Parágrafo único. Para o funcionamento da Seção Especializada Cível, além do quorum mínimo disposto na forma do *caput* deste artigo, será exigida a representatividade das quatro Câmaras Cíveis." [NR]

Art. 3° Os incisos V e VI, do art. 131 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas passam a viger com nova numeração, incluindo-se o inciso VII ao mencionado artigo, com a seguinte redação:

Art. 131. .....:

[...]

V – a Quarta Câmara Cível, às sextas-feiras; [NR]

VI – a Câmara Criminal, às quartas-feiras; [NR]

VII – a Seção Especializada Cível, na 1ª segunda-feira de cada mês [AC].

Art. 4° Os incisos II e III do §3° do art. 131 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas passam a viger com nova redação, incluindo-se o inciso IV ao mencionado §3°, nos seguintes termos:

§ 3° .....:

I – Na Primeira Câmara Cível, na 2ª segunda-feira de cada mês;

II – Na Segunda Câmara Cível, na 2ª segunda-feira de cada mês;

III – Na Terceira Câmara Cível, na 3ª segunda-feira de cada mês;

IV - Na Quarta Câmara Cível, na 3ª segunda-feira de cada mês. [AC]

Art. 5° Os parágrafos 4° e 5° do art. 131 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas passam a ter a nova redação, ficando revogado o §7° do mencionado artigo, nos seguintes termos:

- § 4º Com exceção do Presidente da Câmara, a sessão de julgamento das demandas que necessitam da técnica de ampliação de julgamento, prevista no art. 942 do Código de Processo Civil, ocorrerão com a participação dos Desembargadores da seguinte forma: [NR]
- I Os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível participarão das sessões da Terceira Câmara Cível, cabendo aos Desembargadores da Terceira Câmara Cível participarem das sessões da Primeira Câmara Cível; [AC]
- II Os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível participarão das sessões da Quarta Câmara Cível, cabendo aos Desembargadores da Quarta Câmara Cível participarem das sessões da Segunda Câmara Cível; [AC]
- III O Presidente da Câmara atuará apenas quando da impossibilidade de participação de Desembargador de sua respectiva câmara. [AC]
- § 5º Na impossibilidade de participação do Presidente da Câmara conforme previsto no inciso III do § 4º pode haver sorteio entre os Desembargadores da Câmara Criminal. [NR]

[...]

§7° Suprimido.

Art. 6° Esta emenda regimental entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Desembargador **KLEVER RÊGO LOUREIRO** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Desembargador ALCIDES GUSMÃO DA SILVA

Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO

Desembargador PAULO BARROS DA SILVA LIMA

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

## Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO Desembargador JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO Desembargador CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY Desembargador CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO